



# Jornal do Simesp

Nº 08 • Publicação mensal do SIMESP Sindicato dos Médicos de São Paulo • Janeiro | 2016

Pág. 3

## Governo de SP recua após pressão de residentes

Após paralisação que durou duas semanas em dezembro, governo do estado decide atender a principal reivindicação dos manifestantes: convocar aprovados em concurso público realizado em abril de 2015



Pág. 4

### Mandaqui

Falta de médicos, más condições de trabalho e leitos de UTI inoperantes. Este é o resultado do convênio entre o Estado e a organização social SPDM no maior hospital da zona norte da capital

Pág. 5

### Debate

Direção do Simesp marca posição contra o polêmico Projeto de Lei 5.069, do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que dificulta, por exemplo, o atendimento médico a vítimas de violência sexual

Pág. 8

### Jardim Botânico

Antes de sair de casa para visitar o belo jardim, na zona sul de São Paulo, vale consultar o site do local para conhecer as importantes normas de uso do espaço

# O exemplo da juventude

Diretoria do Simesp

A crise que enfrentamos na saúde pública é muito grave. Tão intensa que merece atenção e reação por parte dos médicos. São diversos os serviços que têm sofrido por insuficiência de recursos materiais e humanos e com infraestrutura precária. Contudo, neste momento difícil, recebemos um grato exemplo da juventude.

Os médicos residentes do Instituto de Infectologia Emílio Ribas demonstraram uma grande capacidade de mobilização ao enfrentarem a iminente suspensão do atendimento prestado pela instituição fundada em 1880.

A situação do Emílio Ribas, assim como de outros serviços públicos do estado de São Paulo e de todo o país (a exemplo da crise enfrentada na área pela população do Rio de Janeiro), se agravou a partir de setembro de 2015.

Naquele mês, o governador Geraldo Alckmin, por meio do decreto 61.466, proibiu “a admissão e a contratação de pessoal, bem como o aproveitamento de remanescentes de concursos públicos com prazo de validade em vigor, no âmbito da administração pública direta, das autarquias, inclusive as de regime especial, das fundações instituídas ou mantidas pelo Estado e das sociedades de economia mista.”

O estopim da paralisação dos residentes ocorreu em 20 de dezembro, quando os contratos de médicos admitidos de forma temporária se encerraram sem previsão de que esses profissionais viessem a ser substituídos, o que significava, na prática, o fim de diversos serviços oferecidos pelo Emílio Ribas.

Oito dias após uma greve de duas semanas, em 29 de dezembro, o governo recua e atende a principal reivindicação do movimento: a convocação de médicos aprovados em concurso realizado em abril do ano passado.

O exemplo desses jovens deve inspirar os profissionais em diversos serviços no estado e na cidade de São Paulo que enfrentam situações semelhantes.

É importante que os médicos tragam ao conhecimento da sociedade e do seu Sindicato os problemas que têm enfrentado para o pleno exercício da nossa profissão. Ao Sindicato caberá, é claro, dar apoio a esses movimentos.

Não é culpa dos médicos e muito menos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) a crise que ora observamos e não seremos nós a arcar com as suas consequências.

Não admitiremos que a crise econômica seja usada como desculpa para o desmantelamento do SUS.



“A situação no Emílio Ribas é antiga. O secretário Uip, que foi diretor, tem conhecimento dos problemas. É descaso mesmo.”

**Eder Gatti, presidente do Simesp, sobre a crise do Instituto de Infectologia decorrente da falta de médicos que resultou na paralisação dos residentes 22 de Dezembro – Rede Brasil Atual**

“Vimos que temos uma força importante, pois esses profissionais são essenciais para nosso trabalho.”

**Luiz Francisco D’ Elia Zanella, residente do Emílio Ribas, diante da notícia de que o governo estadual iria atender a principal reivindicação do movimento (a convocação de médicos aprovados em concurso) 30 de Dezembro – Site do Simesp**

“Peço desculpas à população do Rio de Janeiro. Tenho esperança que amanhã já estaremos com a situação melhor.”

**Luiz Fernando Pezão, governador do Rio, ao decretar situação de emergência na saúde do estado 23 de Dezembro – Site G1**



**SIMESP**  
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

**DIRETORIA**

**Presidente**  
Eder Gatti Fernandes  
relacionamento@simesp.org.br

**SECRETARIAS**

**Geral**  
Denize Ornelas P. S. de Oliveira  
**Comunicação e Imprensa**  
Gerson S. Salvador de Oliveira  
**Administração**  
Ederli M. A. Grimaldi de Carvalho  
**Finanças**  
Juliana Salles de Carvalho  
**Assuntos Jurídicos**  
Gerson Mazzucato  
**Formação Sindical e Sindicalização**  
Marly A. L. Alonso Mazzucato  
**Relações do Trabalho**  
José Erivalder Guimarães de Oliveira  
**Relações Sindicais e Associativas**  
Otelo Chino Júnior

**EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP**

**Diretor responsável**  
Gerson S. Salvador de Oliveira  
**Editora-chefe e redação**  
Ivone Silva  
**Reportagem e revisão**  
Adriana Cardoso  
Leonardo Gomes Nogueira  
Nádia Machado  
**Fotos**  
Osmar Bustos  
**Relações-Públicas**  
Juliana Carla Ponceano Moreira  
**Ilustração**  
Célio Luigi  
**Redação e administração**  
Rua Maria Paula, 78, 3º andar

01319-000 – SP – Fone: (11) 3292-9147  
imprensa@simesp.org.br  
www.simesp.org.br

**PROJETO GRÁFICO**

Med Idea - Design para médicos  
Oscar Freire, 2189, Pinheiros  
São Paulo/SP 05409-011  
Fone: (11) 99897-8787  
contato@medidea.com.br  
www.medidea.com.br  
**Editor de Arte e diagramação**  
Igor Bittencourt  
Stella Miranda  
Tiragem: 14 mil exemplares  
Circulação: Estado de São Paulo

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

# Após paralisação dos residentes do Emílio Ribas, governo estadual cede e convoca médicos aprovados em concurso

Governador Geraldo Alckmin havia proibido, por meio de decreto, a contratação de novos servidores; residentes também reclamam da falta de insumos básicos

Leonardo Gomes Nogueira

Oito dias após paralisação de duas semanas, em 29 de dezembro de 2015, o governo do estado de São Paulo recuou e atendeu a principal reivindicação dos residentes do Instituto de Infectologia Emílio Ribas (IIER): a convocação de médicos aprovados em concurso realizado em abril do ano passado.

“Vimos que temos uma força importante, pois esses profissionais são essenciais para nosso trabalho”, comemorou o residente Luiz Francisco D’Elia Zanella. Além da nomeação desses médicos, os residentes também exigiam a normalização do estoque de medicamentos e outros insumos que hoje estão em falta.

“A nossa paralisação é direcionada ao governo do estado porque a gente precisa da liberação da contratação desses profissionais”, explicou o mesmo residente durante protesto, ocorrido em 14 de dezembro, em frente ao IIER.

Os manifestantes, na ocasião, fecharam parcialmente a Avenida Doutor Arnaldo (via importante da capital paulista que fica em frente ao instituto e homenageia um dos idealizadores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, localizada na mesma avenida a cerca de 300 metros). Em 17 de dezembro, eles repetiram o ato.



> Em dezembro passado, residentes bloquearam a Avenida Dr. Arnaldo em duas ocasiões para pressionar o governo

De acordo com Zanella, apenas três dos 49 residentes não teriam aderido ao movimento que se encerrou em 21 de dezembro. Oito dias após o fim da paralisação, foi publicada no *Diário Oficial do Estado* a convocação de nefrologistas, endocrinologistas e infectologistas.

Em 29 de dezembro de 2015, os candidatos habilitados no concurso público foram convocados para assumirem, a partir de 7 de janeiro, os cargos efetivos de médico no Instituto de Infectologia Emílio Ribas. “Na impossibilidade de seu comparecimento, poderá fazer-se representar por procurador legalmente constituído”, diz o texto do *Diário Oficial* sobre o processo conhecido como anuência (quando o candidato concorda ou não em assumir o cargo para o qual foi convocado pela administração pública).

## O estopim da paralisação

A situação do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, assim como de outros serviços públicos ligados ao governo paulista

agravou-se a partir de setembro de 2015.

Naquele mês, o governador Geraldo Alckmin, por meio do Decreto 61.466, proibiu “a admissão e a contratação de pessoal, bem como o aproveitamento de remanescentes de concursos públicos com prazo de validade em vigor, no âmbito da administração pública direta, das autarquias, inclusive as de regime especial, das fundações instituídas ou mantidas pelo Estado e das sociedades de economia mista.”

Decisão que impossibilitava, por exemplo, que o IIER convocasse médicos aprovados em concurso. Para piorar a situação, parte dos médicos do Instituto teve, a partir de 20 de dezembro, os seus contratos temporários encerrados. Sem previsão, naquele momento, de que esses profissionais viessem a ser substituídos.

Para o secretário de Comunicação do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Gerson Salvador, o Emílio Ribas se manteve funcionando em 2015 graças à coragem dos residen-

tes. “A disposição que eles demonstraram já seria motivo de orgulho, a vitória obtida mais ainda”, parabeniza.

Em 17 de dezembro, o Simesp encaminhou ofício ao promotor Arthur Pinto Filho, da área de Saúde Pública do Ministério Público Estadual de São Paulo, solicitando “providências cabíveis no sentido de apurar os fatos narrados e fazer com que o governo do estado de São Paulo tome as medidas necessárias à manutenção das condições de atendimento no IIER.”

“A situação torna-se ainda mais preocupante quando notamos que, com o término dos contratos, o IIER perderá todos os seus nefrologistas e ficará impossibilitado de realizar as diálises fundamentais a muitos pacientes internados em UTI”, alertava o ofício assinado pelo presidente do Simesp, Eder Gatti.

A Associação dos Médicos do Instituto de Infectologia Emílio Ribas também pediu ao governador que reconsiderasse sua decisão e garantisse a nomeação de médicos já aprovados em concurso.

## Médicos se desdobram para manter maior hospital da ZN operando

Em novembro do ano passado, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, esteve no Hospital do Mandaqui, o maior da zona norte da capital paulista, para inaugurar, com toda a pompa, novos leitos para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulta, com investimentos da ordem de R\$ 24,2 milhões.

No entanto, a realidade que o hospital enfrenta passa ao largo do glamour que o governador quis imprimir à ocasião. Há falta de profissionais e aqueles que estão trabalhando o fazem de maneira precária. Ademais, dos 40 leitos que deveriam estar em funcionamento, apenas 12 são utilizados.

Em 12 de janeiro, o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Eder Gatti, reuniu-se com a direção do hospital, a fim de tratar dos problemas.

De acordo com Gatti, o ponto principal do Mandaqui é a falta de profissionais e, aqueles que lá estão, são subutilizados. “O governo não faz concursos com frequência e, desde setembro de 2015, o governador fez um

decreto proibindo não só novos concursos públicos como a homologação daqueles já realizados”, diz, referindo-se ao Decreto 61.466.

A solução encontrada pelo governo estadual para suprir a UTI de profissionais foi firmar um convênio com a organização social (OS) Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), o qual vem se provando um verdadeiro desastre.

Isso porque, segundo Gatti, o convênio com a OS gerou duas consequências calamitosas: a contratação de médicos sem vínculo trabalhista algum e a subutilização daqueles concursados, que acabaram sendo deslocados para outras áreas.

“A situação do Mandaqui se reproduz em outros hospitais estaduais. A baixa remuneração dos médicos, a falta de concursos públicos, enfim, a carreira médica ruim oferecida pelo estado não só prejudica o trabalho dos profissionais como deixa a população desassistida”, aponta.

### Amiamspe



> A diretoria para o biênio 2015/2017 da Associação Médica do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Amiamspe) tomou posse em dezembro passado. O secretário de Assuntos Jurídicos do Simesp, Gerson Mazzucato, foi reeleito presidente da entidade. Otelo Chino Júnior, secretário de Relações Sindicais e Associativas, é o tesoureiro.

## Regional aponta desafios para 2016



Marcos Ferreira

> Santas Casas e Hospital Regional são os principais problemas

Crise das Santas Casas locais e do Hospital Regional. Esses são apontados como os maiores problemas a serem enfrentados, em 2016, pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) na região de Assis, interior paulista. O diagnóstico é de Edson Tanno, presidente da diretoria regional de Assis do Simesp.

Ele diz que as Santas Casas

da região têm carência de recursos e também destaca que o Hospital Regional de Assis, do governo do estado de São Paulo, sofre com a falta de insumos e de pessoal.

Em setembro de 2015, o governador Geraldo Alckmin proibiu, por meio do decreto 61.466, a contratação de novos profissionais, que impossibilita a admissão de médicos.

### Vale do Ribeira

## Sede muda de Pariquera-Açu para Registro



Fernando Okuhara

> Com a morte de ex-presidente no ano passado, nova direção assume

Com a morte de Antonio Ivam Silva, o novo presidente da diretoria regional Vale do Ribeira do Simesp é Bruno Lima Grossi. E ele já assume com a responsabilidade de mudar a sede da regional de cidade: de Pariquera-Açu para Registro.

A decisão, explica Grossi, foi tomada por quatro motivos: Registro é o município com a maior população da re-

gião; também é a cidade com o maior número de médicos residentes; há, ainda, a previsão de inauguração, em 2016, de um novo Hospital Regional nessa cidade; e, por fim, a sua localização geográfica, pois muitas cidades ficam distribuídas ao redor dela; formando um importante entroncamento nessa área do litoral sul do estado.

# Mulheres contra o PL 5.069

Leonardo Gomes Nogueira

A falta de empatia é uma das formas de desumanizar o outro. O que não é incomum no mundo atual, por motivos que não cabem discutir aqui nesse espaço, pode ganhar um respaldo legal para prosperar – ao menos no caso das vítimas de violência sexual.

Com a possível aprovação do Projeto de Lei (PL) 5.069, de autoria do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que dificulta o atendimento médico a mulheres vítimas de violência sexual e o acesso à pílula do dia seguinte, o não acolhimento desses seres humanos será não apenas tolerado socialmente, como abençoado legalmente.

“Isso reflete a falta de empatia que a gente vive hoje”, avaliou a advogada Valéria Sousa, diretora de Relações Legislativas da ONG (Organização Não Governamental) Artemis. Ela foi uma das palestrantes da 11ª edição do Simesp Debate, que teve como tema “PL 5.069 - Vio-



> Valéria, Denize, Juliana e Isabelle: mobilização contra o projeto de lei do presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

lência Contra a Mulher”.

A organização na qual ela atua denunciou, em novembro, o PL 5.069 à Comissão Intera-Americana de Direitos Humanos por considerá-lo uma grave ameaça aos direitos das mulheres. “Feminismo é a noção radical de que a mulher é um ser humano”, disse durante o debate ocorrido em 10 de dezembro na sede do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp).

“A cada caso que a gente conhece existem dez que estão escondidos” estima, sobre os episódios de estupro no país, a outra palestrante Isabelle Nisida. Ela é médica do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (Navis) do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de

São Paulo.

Para Isabelle, o não acolhimento, que seria ainda mais forte com a eventual aprovação do PL 5.069, irá inibir que as pessoas procurem os serviços de saúde especializados. A médica classifica esse projeto de lei como um “desastre” que trará “graves prejuízos” à população, sobretudo a feminina, do país.

“A maioria das pessoas estupidadas não tem marca nenhuma, mas existe o estupro”, lembrou a médica. Já que o PL 5.069 exige que a vítima comprove a violência sexual por meio de exame de corpo de delito e que se dirija a uma delegacia policial para que um boletim de ocorrência seja lavrado. Tudo isso, ressalta Isabelle, além do

constrangimento causado à vítima, também irá prejudicar a profilaxia pós-estupro, que precisa ser realizada em até 72 horas.

Maria Araci dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores Públicos na Saúde do Estado de São Paulo, avaliou, com base nos relatos das participantes e daquilo vivenciado em seu cotidiano, que o despreparo do trabalhador da área no acolhimento dessas pessoas é “assustador”. “Tem algumas coisas que a gente precisa rever na saúde pública, independentemente de gênero”, ressaltou.

“Hoje estamos aqui para marcar posição contra esse PL 5.069” disse Juliana Salles, diretora de Finanças do Simesp e mediadora do debate.

## FFM

# Simesp contesta FFM na Justiça

Após tentativa de negociação, o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) entrou na Justiça contra a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) por oferecer reajuste menor do que o previsto na última campanha salarial.

Em audiência na Justiça do Trabalho, no mês de dezembro, a FFM argumentou

que o reajuste da categoria preponderante concedido aos médicos era maior que o aplicado pelo Simesp. A informação foi contestada pelo Sindicato que estava representado, na ocasião, pelo diretor José Erivalder Guimarães de Oliveira e pelo advogado José Carlos Callegari.

“Entendemos o discurso da FFM como uma tentativa de

manobra para se favorecer. O Simesp entrou com dissídio coletivo na Justiça do Trabalho para assegurar os direitos conquistados e ampliá-los”, diz Erivalder.

O Simesp já tinha apontado, com base em denúncia dos próprios médicos, que a FFM não estava pagando a esses profissionais o que havia sido acordado na última campanha salarial: aplicar os 6,35% de aumento a partir de setembro de 2014.

A data-base da categoria médica é 1º de setembro. Contu-

do, a negociação se estendeu até março de 2015 porque o Sindicato manteve a postura de não aceitar proposta abaixo da inflação do período, usando como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em 2014, esse índice alcançou 6,23%.

Criada há quase trinta anos por ex-alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, a FFM tem 3,5 mil médicos contratados e gere unidades de saúde na capital.

# Atenção ao Todo

Em um tempo de superespecialização, a médica Patrícia Rocha se preocupa em como oferecer uma assistência mais geral e integral ao paciente

Leonardo Gomes Nogueira

Foi para fugir, ao menos um pouco, da hiper ou superespecialização, cada vez mais comum em quase todos os campos de atuação, e poder ter uma atenção maior ao ser humano como um todo que a médica Patrícia Rocha acabou se tornando infectologista.

“Eu me interessei pela infectologia porque é uma área que você consegue ter uma atuação mais geral”, avalia. “Não é tão restrita”, acrescenta a profissional formada pela Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Não por acaso, há muito interessada pelo ser humano como um todo, ela fez residência em clínica geral e, na sequência, em infectologia no Hospital São Paulo, localizado na zona sul da capital paulista. Em funcionamento desde 1938, esse é o hospital universitário da Unifesp.

Atualmente, a médica trabalha no Serviço de Atenção Especializada (SAE) em HIV/Aids do Butantã, zona oeste da capital, equipamento de saúde da Prefeitura de São Paulo. A médica conta que a sua atuação na área de HIV foi consequên-



> Patrícia Rocha trabalha no Serviço de Atenção Especializada HIV/Aids

cia daquela escolha inicial (a da infectologia).

Patrícia aponta, nesse campo de atuação, os principais desafios: a taxa de mortalidade provocada pelo vírus HIV ainda é alta (nove pessoas por dia, em média, apenas no estado de São Paulo) e o acesso aos serviços ainda precisam ser aprimorados para levar em conta o aspecto da equidade. Afinal, a doença não atinge igualmente

a todos.

A médica explica que é necessário levar em conta questões sociais, raciais e de gênero para garantir que o combate à epidemia seja mais eficaz. “A gente ainda tem muitos desafios para que o acesso a essa atenção seja mais equânime”, diz.

Desde 1996, o país oferece, gratuitamente, medicamentos para o tratamento da doença.

## Jurídico Responde

# Aposentadoria obrigatória aos 75 anos

No fim de 2015, a aposentadoria compulsória passou de 70 para 75 anos. Conheça as vantagens da nova regra

### Importante: agora há uma nova idade para aposentadoria obrigatória

Desde o dia 3 de dezembro de 2015, com a promulgação da Lei Complementar (LC) nº 152/15 (publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte), todos os servidores públicos (titulares de cargo efetivo) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluídas suas respectivas autarquias e fundações, poderão trabalhar até

completarem 75 anos de idade. Até então, eram aposentados compulsoriamente aos 70 anos de idade.

### E quais as vantagens dessa mudança para o servidor público?

Permanecendo no serviço ativo por mais cinco anos, os servidores poderão ter mais chances de progredir na carreira e até alcançar o tempo necessário para aposentadoria integral, o que lhes garantiria paridade com

os servidores ativos.

Outros poderão simplesmente adiar o pedido de aposentadoria voluntária e receber por mais tempo o abono de permanência.

Aqueles que tiverem que se aposentar com base em média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, também poderão ter mais tempo para contribuir com valores maiores, o que repercutirá positivamente sobre o valor de referida média, gerando proventos e, se for o caso, pensões por morte maiores. Quem fez 70 anos antes da lei fica fora da mudança.



Leia em nosso portal a íntegra do artigo de Venício Di Gregorio, advogado do Simesp <http://goo.gl/SToVtW>

> O que você gostaria de ler na próxima edição? Mande suas sugestões: [imprensa@simesp.org.br](mailto:imprensa@simesp.org.br) <



## “Faltam evidências de que a ‘pílula do câncer’ realmente funcione”

Gustavo dos Santos Fernandes, presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC), faz uma avaliação sobre a fosfoetanolamina, ou “pílula do câncer”, alardeada por alguns como a cura da doença. No entanto, para o especialista, o medicamento precisa de estudos mais aprofundados

Adriana Cardoso

### O que é a fosfoetanolamina e como age no corpo humano?

A fosfoetanolamina é uma fosfolípide que ocorre naturalmente no corpo humano. A sua forma sintética, segundo relato do grupo que a pesquisa, apresenta alterações em sua estrutura que confeririam propriedades antineoplásicas. Os experimentos realizados com animais sugerem que há benefícios em alguns tipos de câncer, como o melanoma. Mas ainda não há estudos em seres humanos.

### Se não houve testes em seres humanos, por que muitos pacientes começaram a ser tratados com esse medicamento? Alguns até conseguiram obter liminares na Justiça.

Alguns pacientes foram tratados fora de protocolo e melhoras eventuais foram relatadas sem registro médico. Mas isso não é ciência, pois é necessário haver um protocolo para que os estudos sejam feitos de maneira estruturada e formal com aprovação de comitê de ética e controle periódico mínimo. Por mais de dez anos, a

USP (Universidade de São Paulo) patrocinou a prática, mas a universidade entrou em crise e a reitoria cortou a verba do laboratório que distribuía a fosfoetanolamina. Foi quando as pessoas começaram a entrar na Justiça

### Qual o posicionamento da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica sobre esse assunto?

A grande maioria dos 1.300 oncologistas membros da SBOC posiciona-se a favor de que a substância seja estudada, pois os dados dos experimentos

feitos até o momento são insuficientes para dizer se vai curar ou se vai ajudar no tratamento do paciente. Agora, o Ministério da Saúde criou um grupo de trabalho para apoiar essa pesquisa e, creio eu, o envolvimento de todos os atores é necessário para resolver esse imbróglio, pois faltam evidências científicas de que a “pílula do câncer” realmente funcione em seres humanos. Testes adequados devem ser feitos. Os pacientes merecem ser tratados com todo o respeito.

## É mais tranquilo exercer a Medicina quando estamos seguros

Condições especiais para os associados Simesp

- + Seguro de Responsabilidade Civil Profissional
- + Seguro de Diária por Incapacidade Temporária
- + Seguro para Clínicas e Consultórios
- + Seguro de Vida e Acidentes Pessoais
- + Seguro Residencial e Casa de Veraneio
- + Seguro de Equipamentos Portáteis
- + Seguro de Automóveis
- + Seguro de Viagens

SIMESP  SEGUROS

Cotações e Dúvidas  
simesp.org.br/simesp+



# O Jardim Botânico

Antes de sair de casa, conheça algumas normas importantes para visitar o lugar

Leonardo Gomes Nogueira



> O local nasce, ainda no século 19, com a proposta de preservar a nascente do rio Ipiranga

Antes de visitar o luxuriante Jardim Botânico de São Paulo, na zona sul da capital paulista, recomenda-se acessar a página da instituição ([www.jardimbotanico.sp.gov.br](http://www.jardimbotanico.sp.gov.br)), procurar e ler a seção “Normas para Visitantes”.

Afinal, trata-se de uma unidade de conservação e seu compromisso principal é com a preservação da biodiversidade brasileira reunida no local. Não é permitido, por exemplo, entrar com animais, coletar flores, folhas ou frutos e muito menos riscar troncos. É permitido, contudo, fazer piqueniques e fotografar à vontade.

O que hoje é o Jardim Botânico começou a nascer no século 19 com uma preocupação que parte dos nossos governantes atuais ainda parece ignorar: a preservação de nascentes e, portanto, da segurança hídrica de todos nós.

“Em 1917, a região tornou-se propriedade do governo,

passando a denominar-se Parque do Estado. Até 1928 serviu para captação de águas, que abasteciam o bairro do Ipiranga. Neste mesmo ano, o naturalista Frederico Carlos Hoehne foi convidado para implantar um Jardim Botânico na região”, explica a página da instituição ligada ao governo do estado de São Paulo.

“Entretanto, somente em 1938 o Jardim Botânico de São Paulo foi oficializado, juntamente com a criação do Departamento de Botânica, na época órgão da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo. Em 1969, o Parque do Estado, onde o Instituto de Botânica e o Jardim Botânico estão localizados, passou a denominar-se Parque Estadual das Fontes do Ipiranga”, acrescenta a página.

Voltando ao tópico “Normas para Visitantes”, a página da instituição recomenda, para a segurança dos visitantes, que ninguém entre na mata e nem

se aproxime das bordas dos lagos. Ainda de acordo com a página, percorrer o Jardim Botânico leva de 2 a 3 horas. Por isso, recomenda-se o uso de tênis e roupas confortáveis, além de filtro solar e boné.

O Jardim Botânico funciona de terça a domingo e também nos feriados. O horário de funcionamento é sempre o mesmo: das 9h às 17h. Para visitas monitoradas o horário de funcionamento é um pouco diferente: das 9h às 12h e das 14h às 17h. A monitoria dura, no máximo, três horas.

Os preços dos ingressos variam. Para estudantes e idosos (acima de 60 anos) a entrada custa R\$ 2,50. Para o público em geral o preço é R\$ 5,00. Crianças de até 4 anos e portadores de necessidades especiais não pagam. Há um estacionamento no local que também é cobrado. O preço é fixo. Carro de passeio: R\$ 8,00. Motos e afins: R\$ 4,00. Para vans, ônibus e outros o preço é R\$ 20,00.

## + Mais cultura

### Parlapatões

Esse é o nome de um dos mais importantes grupos teatrais da capital paulista. A sede deles fica na Praça Franklin Roosevelt, 158 (no centro de São Paulo). Como o nome indica, o seu foco é o humor. Na verdade, o que os seus integrantes querem é debater a função social do riso. “A postura crítica do grupo é de que, sem generalizações, muitas vezes a comédia e o humor são tratados como gênero menor, de entretenimento superficial ou mercadológico”, diz a sua página. A abertura do espaço ocorreu em setembro de 2006. Além de peças, diz a mesma página, o espaço “também abriga projetos idealizados e produzidos por outros coletivos, como o Curta na Praça e a Récita Maloqueirista.”

### Satyros I e II

A cerca de 50 metros dali, no número 214 da mesma praça, fica a sede do grupo teatral “Os Satyros”. O primeiro a ter uma sede no local (no início dos anos 2000). Nos anos seguintes, diversos grupos os seguiriam. “Desde a sua chegada à Praça Roosevelt, o grupo realiza, no início da primavera, a maratona cultural Satyrianas. O evento que, durante 78 horas ininterruptas, oferece inúmeras atividades teatrais de acesso livre aos moradores da cidade, passou, a partir de 2009, a integrar o calendário oficial do Estado de São Paulo”, diz a página do grupo fundado, em 1989, por Ivam Cabral e Rodolfo García Vázquez. “Os Satyros” hoje possuem dois espaços na Praça Roosevelt, com programações distintas (o primeiro, já citado, no número 214; o segundo no 134).